

**A homofobia em tempos de polarização política:
uma análise de conteúdo embasada no Jornalismo para a paz**

*Homophobia in times of political polarization:
a content analysis based on Peace Journalism*

Raquel CABRAL¹
Diuan FELTRIN²

Resumo

Este estudo realiza uma análise de conteúdo das publicações da *Folha de São Paulo* entre os dias 1 e 15 de janeiro de 2019 que abordam o conceito *homofobia*. O recorte analisado foi escolhido por representar o início da gestão de um novo grupo político no Brasil, após um processo eleitoral caracterizado por polarizações e embates discursivos e ideológicos. Por meio dos critérios embasados no Jornalismo para a Paz, buscaremos compreender que tipo de cobertura prevalece no referido veículo ao abordar a homofobia. Trata-se de um trabalho inicial que visa promover experimentações do Jornalismo para a Paz como metodologia científica agregadora à análise de conteúdo na área da comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo para a Paz. Comunicação para a Paz. Homofobia. Análise de Conteúdo. Polarização política.

Abstract

This study performs a content analysis of the *Folha de São Paulo* publications between January 1 and 15, 2019 that present the concept homophobia. the analysis period was chosen because it represents the beginning of the management of a new political group in Brazil, after an electoral process characterized by polarization and discursive and ideological clashes. Through the criteria based on Peace Journalism, we will try to understand what type of coverage prevails in the referred newspaper when addressing homophobia. This is an initial work that aims to promote experiments of Peace Journalism as a scientific methodology that aggregates Content Analysis in the area of Communication.

Keywords: Peace Journalism. Peace Communication. Homophobia. Content analysis. Political polarization.

¹ Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Comunicação da UNESP de Bauru-SP. E-mail: raquel.cabral@unesp.br

² Mestrando em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP/Bauru-SP. E-mail: diuan.feltrin01@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar como o conceito de homofobia foi abordado e apresentado pelo jornal diário de circulação nacional, *Folha de São Paulo*, na primeira quinzena de 2019. O período é marcado pela chegada de um novo grupo político ao poder Executivo do Brasil, após uma das campanhas eleitorais mais polarizadas da história da democracia brasileira, em que ficou evidente a existência de dois grupos com posicionamentos completamente antagônicos acerca das mais diversas temáticas: de um lado, a extrema direita; de outro, a esquerda.

Embates acalorados sobre pautas diversas acentuaram os conflitos entre os grupos, sobretudo no que se referia aos direitos da população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros, entre outras formas de manifestação da sexualidade)³. Os discursos do candidato da extrema direita, que mais tarde viria a vencer o pleito, dialogavam com ideologias de camadas sociais mais conservadoras, trazendo, muitas vezes, conteúdos considerados homofóbicos. No decorrer de sua trajetória política como Deputado Federal, o candidato em questão jamais escondeu seus pontos de vista sobre os homossexuais, o que cativou, de certa forma, parcela considerável de seu eleitorado.

Concomitantemente à situação política nacional, observamos o crescimento dos índices de violências contra os LGBT+ no Brasil. Relatório divulgado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia)⁴ revelam que o país registrou 141 mortes de pessoas LGBT+ de janeiro a 15 de maio de 2019, sendo 126 homicídios e 15 suicídios; o equivalente a uma morte a cada 23 horas. Discursos homofóbicos contribuem para fomentar e naturalizar a prática da violência contra pessoas inseridas nestes marcadores sociais.

O jornalismo é instância pertencente à sociedade e, por isso, pode contribuir para a formulação de percepções diversas acerca dos conteúdos que coloca em pauta. As temáticas divulgadas pelos veículos jornalísticos geralmente passam a integrar a agenda social; por outro lado, assuntos sonogados ou ocultados pelas mídias, dificilmente farão

³ Utilizamos a sigla LGBT+ para nos referir aos grupos sociais que sofrem diretamente a violência motivada por homofobia, tais como lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, *queer* (pessoas que não se identificam com os padrões de heterossexualidade) e intersexuais (pessoas que não conseguem ser definidas como homem ou mulher).

⁴ www.grupogaydabahia.com.br

parte da opinião pública, haja vista que o acesso a tais conteúdos se tornaria limitado. Com isso, a depender do direcionamento concedido pelos veículos jornalísticos, as publicações que versam sobre a homofobia podem estimular ações de combate à tal violência ou simplesmente legitimar sua prática.

Partindo desses pressupostos, este estudo tem como objetivo investigar como a temática da homofobia é retratada pelo jornal *Folha de São Paulo*, frente ao marco social da chegada de um novo grupo político ao poder no Brasil. Para tal, realizamos uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) de publicações do veículo nos primeiros quinze dias de 2019. A escolha do periódico se deu pelo fato de ser diário e de abrangência nacional. Em atuação desde 1921, a *Folha de São Paulo* acompanhou diversas fases da história nacional, sobretudo as diversas conquistas obtidas pelos LGBT+.

Elencamos como categorias analíticas os preceitos do chamado Jornalismo para a Paz, que pode ser concebida como uma metodologia de construção noticiosa. Esta abordagem emerge na década de 1970 no escopo dos Estudos para a Paz e se contrapõe ao chamado Jornalismo de Guerra/Violência, na medida em que visa estimular percepções e ações empenhadas na superação ou transformação de conflitos mediante um direcionamento crítico e reflexivo, no qual se busca compreender as estruturas e relações de poder por trás dos fatos noticiados, além dos fatores históricos desencadeantes de determinados acontecimentos.

Considerando que o Jornalismo de Guerra/Violência e o Jornalismo para a Paz foram concebidos inicialmente para conduzir coberturas de conflitos em contextos de guerra, buscaremos uma aproximação destes conceitos para avaliar as coberturas sobre a homofobia, haja vista que se trata de um conflito social que coloca em oposição diferentes grupos, além de provocar vítimas, no contexto brasileiro, equiparadas às vítimas de guerras convencionais.

Ainda que o processo de construção noticiosa amparado nos vieses do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo de Guerra/Violência não sejam concebidos no jornalismo brasileiro como critérios de noticiabilidade, percebemos a presença de elementos pertencentes a tais abordagens em algumas tendências e direcionamentos que conduzem as publicações. Por isso, pretendemos com a análise de conteúdo responder à seguinte questão: ao reportar a homofobia em suas publicações, a *Folha de São Paulo* se aproxima dos preceitos do Jornalismo para a Paz ou do Jornalismo de Violência?

Homofobia: o conceito

Para refletir sobre o conceito de homofobia, recorreremos às explicações de Carvalho e Leal (2009, p. 3). Segundo os autores, os estudos acerca desta violência se fortalecem no contexto dos estudos de gênero e sexualidade, que apontam a “dissociação entre prática sexual, identidade sexual e gênero”. Uma das principais limitações do conceito, de acordo com os autores, é a presença do prefixo “homo”, que tem dois usos: remete àquilo que é “igual”; nesta ótica, “homofobia” seria o “medo do que é semelhante” (CARVALHO; LEAL, 2009, p. 3). A outra forma de aplicação do conceito o associa à homossexualidade, o que designaria ódio e repulsa aos homossexuais. Os autores explicam, no entanto, que “a expressão ‘fobia’ dá um peculiar acento psicológico a essa repulsa, ressaltando, talvez em demasia, aspectos individuais de um fenômeno social” (CARVALHO; LEAL, 2009, p. 3).

Ainda de acordo com as proposições de Carvalho e Leal (2009, p. 4), “a homofobia, como o sexismo e a violência de gênero, se manifesta tanto na esfera do indivíduo – na relação consigo e com o outro – quanto nas matrizes culturais de uma sociedade”. À semelhança da xenofobia, antissemitismo e racismo, a homofobia confere ao outro uma condição de inferioridade ou anormalidade, colocando-o fora do universo considerado “comum” (BORRILLO, 2016).

Entendemos, assim, que o conceito “homofobia” é polissêmico e pode ser associado às terminologias que abarcam as diversas formas de discriminações que relegam determinados grupos sociais à inferioridade, tais como racismo, xenofobia, misoginia, entre outros. Estes conceitos pressupõem a existência de relações conflituosas entre grupos antagônicos, haja vista que induzem a prevalência de um segmento social em detrimento de outro. Ao pensar em homofobia, por exemplo, logo conferimos à heterossexualidade uma condição superior ou “natural”, como veremos adiante. A misoginia, por sua vez, coloca as mulheres em situação de inferioridade se comparadas aos homens.

Inferimos que a homofobia provém principalmente de sociedades calcadas em condições heterocêntricas, que ressaltam a superioridade masculina em detrimento da feminina. Em seu percurso teórico, Carvalho (2012, p. 103), amparado em teorias de Judith Butler (2003), aborda a expressão “heteronormatividade misógina” como

resultante das relações de poder inerentes à sexualidade e gênero, que se fundamentam na “pressuposição da heterossexualidade como compulsória, posto que seria a manifestação natural que todo desejo e prática sexual devem seguir”.

Ao encontro do argumento apresentado por Carvalho (2012), não podemos dissociar conceitos como heteronormatividade e androcentrismo, que configuram a masculinidade como condição social superior. Essa estrutura de dominação e superioridade do masculino corresponde à inferiorização de tudo o que remete ao universo feminino, justamente por considerá-lo frágil. Isso nos faz refletir sobre a prática homofóbica como resposta a uma possível “ameaça” que a homossexualidade causa ao *status quo* implícito na condição masculina de ser, ou seja, um risco à estrutura heteronormativa da sociedade, acordada tacitamente.

Bourdieu (2012) enxerga a dominação masculina como resultado do que ele denomina como violência simbólica, “que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012, p. 7-8). Isso explica até mesmo a necessidade aparentemente imposta aos homens de serem viris, austeros e ignorarem toda e qualquer forma de sensibilidade.

Ao encontro destas inferências, Eribon (2008) indica que o comportamento homossexual impõe questionamentos às estruturas hegemônicas e, por isso, a maneira como a qual os homossexuais se comportam faz com que tais pessoas sejam agredidas, verbal e fisicamente, pois ameaçam o padrão hegemônico. O autor amplia o conceito de “injúria”, presente em diversas esferas, da qual os homossexuais procuram se esquivar para poderem viver com naturalidade.

Os gays vivem num mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber o que são (ERIBON, 2008, p. 74).

Louro (2008) reflete sobre as diversas práticas e aprendizagens que influenciam na construção das condições de gênero e sexualidade, segundo ela, muitas vezes de forma explícita, mas também dissimulada. Isso nos faz pensar sobre a força dos comportamentos sociais que se reforçam nos discursos e exigências impostos pelo modo heteronormativo de ser. Sobretudo pelo fato de que, segundo Louro (2008), segmentos sociais que perpassam nossos dias tendem a nos interpelar constantemente sobre nosso comportamento, ao ponto de conduzir até mesmos nossas escolhas, estilo, corpo, etc. “Algumas orientações provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da medicina ou da ciência, da família, da justiça ou da religião” (LOURO, 2008, p. 19), e complementa: “Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade”.

Compreendemos que estas normas que regulamentam a sexualidade, somadas à supervalorização dos estereótipos de masculinidade, impõem tacitamente uma moral sexual tida como padrão e influenciam diretamente na construção de pensamentos homofóbicos.

As reflexões apresentadas acerca da homofobia, ainda que resumidas, nos estimulam a pensar em como as informações sobre este tipo de violência chegam à sociedade. E, para muito além da mera transmissão de informações, será que estas divulgações estimulam práticas de resistência contra as inúmeras formas de opressão relacionadas aos homossexuais? O jornalismo é um dos principais mediadores entre a informação e a sociedade, de modo que a forma de abordagem dos temas interfere diretamente na compreensão do público acerca de um determinado contexto. A agenda social é moldada a partir do que é divulgado na mídia; em contrapartida, se algum conteúdo deixar de ser divulgado, o mesmo obviamente não terá efeito social.

O jornalismo enquanto agente social: de que homofobia fala o jornalismo?

Para compreendermos o impacto social das notícias acerca da violência motivada por homofobia, precisamos pensar em como a construção jornalística contribui para a interpretação da realidade social, na medida em que serve de parâmetro para a formulação de pensamentos e ideologias. Partimos do pressuposto de que as

notícias pautam os temas abordados socialmente em uma relação de reciprocidade, haja vista que a sociedade também influencia a pauta midiática.

Contudo, em um contexto marcado por pressões mercadológicas, a construção das notícias segue lógica semelhante à da elaboração de produtos e, assim, os conteúdos que ocupam a agenda midiática se embasam em critérios de noticiabilidade específicos, determinados pelas próprias organizações jornalísticas (WOLF, 1994; MEDINA, 1998). Estudar a prática jornalística exige do pesquisador atenção não apenas ao que é “dito”, mas sobretudo ao que “não é dito”, principalmente porque as mídias noticiosas não podem ser vistas como espaços neutros (CARVALHO; LEAL, 2009).

Nesta mesma linha de raciocínio, Ponte (2005, p. 99) reflete sobre as teorias interacionistas e destaca a relevância da linguagem para a objetivação e construção da atividade jornalística. A seleção dos acontecimentos divulgados pela construção noticiosa confere aos fatos, maior ou menor luminosidade ou opacidade. Por isso, “[...] não podemos deixar de situar o jornalismo como lugar de seleção e de construção desse acervo de conhecimentos, entre as escolhas do que é dito e do que é silenciado [...]”.

Consideramos a divulgação jornalística do termo “homofobia”, contrapondo-o à prática da violência, que incide diretamente sobre as pessoas do grupo social LGBTQ+. Porém, em que medida a grande mídia analisada, no caso a *Folha de São Paulo*, se posiciona frente a tais contextos? É necessário, primeiramente, entender como as notícias contribuem para a formulação de percepções sociais acerca dos acontecimentos que representa.

Em sua formulação teórica, Sodré (2009) sustenta que o jornalismo jamais é exercido sem levar em conta os sujeitos que tomarão contato com o produto final, de modo que a informação jornalística é um gênero sociodiscursivo. Isto é, para que as notícias tenham razão de ser, elas precisam estar inseridas “na experiência cotidiana, comum a um grupo de sujeitos linguísticos” (SODRÉ, 2009, p. 138). Compreende-se, então, que as coberturas jornalísticas estão suscetíveis a formulações e interpretações diversas, o que confere à prática jornalística participação ativa no processo de construção social da realidade (CARVALHO, 2012). Com base no argumento de Sodré (2009), entendemos que a notícia provém da interpretação do fato propriamente dito, de modo que o público também desempenha a função de transformar fatos em acontecimentos midiáticos.

Com estas reflexões, dialogamos com os argumentos apresentados no estudo de Leal e Carvalho (2009, p. 9) que consideram o jornalismo como ator social, na medida em que os processos de seleção do que é ou não levado ao público hierarquiza a relevância dos acontecimentos e interfere de forma pontual e decisiva nos saberes e discursos sociais. “À afirmação de que tal ou qual jornal é favorável ou não ao combate à discriminação, cabe a leitura atenta de seus textos e às variações aí presentes” (CARVALHO; LEAL, 2009, p. 9).

Peace Journalism: o jornalismo voltado para a cultura de paz

O *Peace Journalism* ou Jornalismo para a Paz, como denominaremos neste estudo, surge no contexto dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*), no período pós-guerra, como alternativa ao tradicional modelo chamado Jornalismo de Guerra. A finalidade destes estudos era a busca por uma epistemologia da paz; ou seja, por uma prática científica que contribuísse com o entendimento e a superação das diversas formas de violência observadas na sociedade.

Lopes Becerra (2011, p. 2) apresenta um histórico dos Estudos para a Paz e explica que, a partir da década de 1960, temas como justiça social, equidade, direitos econômicos e sociais passaram a ser vistos como forma de garantir o bem-estar geral. Nesta ótica, a paz é vista como ausência de conflitos. Esta conceituação provém da criação do Instituto para a Paz de Oslo, Noruega, um marco no que tange aos *Peace Studies*, encabeçado pelo filósofo e matemático Johan Galtung, considerado um dos maiores expoentes das pesquisas para a paz.

Para compreender o que é a paz, é preciso ter como ponto de partida o entendimento sobre a violência. Nessa perspectiva, Galtung (2003) concebe três tipologias de violência, classificando-as como direta, estrutural e cultural.

A violência direta, segundo o filósofo, traduz-se em agressões que podem ser registradas e percebidas; tal expressão de violência deixa marcas, de modo que agressor e vítimas são claramente identificados. No entanto, ao considerar como violência tudo o que coloca em xeque o bem-estar social, o autor também traz o conceito de violência estrutural (ou indireta; sistêmica). Como o próprio termo denota, ela está presente nas estruturas e sistemas geradores de desigualdade, por exemplo.

Tanto a violência direta quanto a estrutural podem ser legitimadas pela violência cultural, que nos impossibilita de identificar vítimas e agressores, mas que está presente maciçamente nos discursos sociais, nos produtos culturais e, sobretudo, nos comportamentos apreendidos (CABRAL; SALHANI, 2017). A exemplo da temática do presente estudo, a homofobia pode ser considerada um tipo de violência cultural, visto que se trata da inferiorização de um grupo social a partir de discursos preconceituosos muitas vezes enxergados com naturalidade.

Galtung (2006), citado por Cabral e Salhani (2017), estabelece articulações entre os estudos para a paz e outras disciplinas cujo objetivo é minimizar o sofrimento humano. Dada a multidisciplinaridade dos Estudos para a Paz, entendemos que a comunicação também pode prestar sua contribuição para fomentar uma cultura de paz, de modo que encontra no jornalismo um primoroso campo de atuação. Dada a sua condição de instância social, acreditamos que o jornalismo pode oferecer caminhos para a superação das violências e, por isso, a paz tem na prática jornalística uma grande aliada para sua propagação.

A corrente do Jornalismo para a Paz se opõe ao modelo tradicional e predominante referen às coberturas de conflitos em contextos de guerra e propõe uma metodologia que busca estimular e legitimar a cultura de paz. Salinas (2014, p. 58) afirma:

Os níveis de violência que os meios de comunicação transmitem, bem como seus efeitos, são coerentes com as estratégias de controle social dos grupos de poder ao afetar a organização coletiva dos cidadãos e seus desejos de participarem dos processos de mudança social. Por exemplo, a redução da sensibilidade à dor e ao sofrimento dos outros favorece o individualismo e a indiferença (tradução nossa).

O autor evidencia ainda mais a ação da comunicação sob o imaginário social e complementa seu pensamento ao explicar que a percepção negativa sobre o mundo gera pessimismo, desconfiança e medo, o que acaba por restringir a participação coletiva e, conseqüentemente, incide sobre qualquer possibilidade de transformação conjuntural.

Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000, p. 5) apontam que “a abordagem do *Peace Journalism* fornece um novo roteiro para as coberturas e traça conexões entre os jornalistas, suas fontes, as histórias que eles cobrem e as conseqüências de suas reportagens” (tradução nossa). Este chamado “novo roteiro” se opõe à polêmica

objetividade jornalística, de modo que o jornalista precisa ultrapassar as barreiras impostas pelo mercado e promover a contextualização dos fatos.

Para ampliar nossa compreensão acerca do Jornalismo voltado para a Paz, vale apresentar alguns direcionamentos típicos da prática que se opõe ao mesmo, ou seja, o Jornalismo de Guerra. O fato de a mídia contribuir para a construção de percepções sociais acerca da realidade impõe à produção jornalística grande responsabilidade quanto à maneira como a qual divulga conflitos. Afinal, o direcionamento da abordagem midiática nestas coberturas tem a capacidade de moldar a opinião pública frente ao conflito.

É importante ressaltar que o presente trabalho atualiza e ressignifica o conceito de guerra para analisar a cobertura midiática sobre a homofobia, resultante da violência cultural. Assim como ocorre nas guerras, a prática homofóbica também coloca em situações antagônicas dois grupos: homossexuais e heterossexuais. A preponderância de um em detrimento de outro desencadeia conflitos e gera mortes, tal como nas guerras. Tal realidade justifica que as coberturas podem ser desempenhadas à luz do Jornalismo de Guerra ou do Jornalismo para a Paz. Para fins de adequações conceituais, passaremos a nos referir ao Jornalismo de Guerra como Jornalismo de Violência.

O caminho: Análise de Conteúdo - as categorias do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo de Violência

Realizaremos como procedimento metodológico a análise de conteúdo da cobertura realizada pelo jornal *Folha de São Paulo* referente à homofobia no período de 1 a 15 de janeiro de 2019. O recorte da análise levará em conta a utilização do termo “homofobia”, independentemente das editoriais em que apareça. Nossa base metodológica é a Análise de Conteúdo, por meio das categorias analíticas do Jornalismo para a Paz, estruturadas por Lynch e McGoldrick (2000).

Bardin (1977, p. 42) salienta que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p.38). Com isso, entende-se que as inferências nos auxiliam na compreensão das intencionalidades e efeitos das mensagens, o que se constitui como elemento primordial nos estudos do jornalismo. “A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das

comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido, que se encontra em segundo plano” (BARDIN, 1977, p. 41).

As categorias desta análise são embasadas nas especificações de Johan Galtung apresentadas por Lynch e McGoldrick (2000, p. 29), que diferenciam claramente as características do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo de Violência, e que podem nos auxiliar a compreender que tipo de abordagem prevalece no jornal *Folha de São Paulo* no que tange à homofobia no período analisado. A seguir, apresentamos os embasamentos que regem estas duas formas de construção jornalística, conforme quadro 1.

Quadro 1. Diferenças de embasamentos na construção jornalística do Jornalismo para Paz e Jornalismo de Violência

Jornalismo para Paz	Jornalismo de Violência
<ul style="list-style-type: none"> - Destaque para o conflito e seus contextos: busca compreender os entremeios dos conflitos. Com isso, as matérias trabalham com transparência. Os efeitos opacos da violência também são colocados em evidência. - Destaque para as pessoas (pluralidade): as matérias dão voz aos que não têm voz, de modo que todos os atores envolvidos no conflito têm importância para que os fatos sejam compreendidos em sua magnitude. - Orientado para a solução dos conflitos: as coberturas visam apresentar caminhos para solucionar os conflitos, estimulando práticas pacíficas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Destaque para a violência do conflito: prevalecem coberturas descritivas, com enfoque principal na violência direta; detalha a violência, mas não as causas que a desencadearam. - Maniqueísmo: as coberturas mostram apenas um lado dos fatos. Como apontam Lynch e McGoldrick, focam apenas nas “elites” ou fontes oficiais. - Orientado para a vitória: em vez de propor soluções para os conflitos, as coberturas visam mostrar a preponderância de um grupo sobre outro. Há sempre um vencedor e um perdedor.

Fonte: Adaptado de Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000)

A análise

O período em que concentramos a análise marca a chegada de um novo grupo político ao poder. Declaradamente conservador, a campanha eleitoral trouxe diversas formas discursivas que relegaram a condições de inferioridade grupos LGBTQ+. Foram encontradas 6 publicações com a palavra homofobia, porém, analisaremos 5 matérias a partir dos vieses do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo de Violência.

Focaremos nas publicações de teor informativo; uma delas é opinativa e, por isso, não caberia analisá-la em categorias que versam sobre a produção de jornalismo informativo. Nosso escopo analítico poderia ser vasto, mas focamos em um recorte temporal restrito, que poderá ser ampliado em futuros estudos sobre coberturas jornalísticas acerca de sexualidade, gênero e homofobia. A temporalidade de nosso recorte nos possibilita apresentar a análise de cada uma das publicações.

Na matéria 1, intitulada “Ator Thammy Miranda deve assumir cargo de vereador em São Paulo⁵”, destacamos a prevalência de características do Jornalismo para a Paz, evidenciando a pluralidade, na medida em que concede voz aos atores envolvidos: de um lado, o vereador transsexual Thammy Miranda, de outro, o presidente da república. A matéria não buscou dar voz apenas ao Thammy, mas também, apresentou argumentos do grupo divergente à candidatura dele. Outro destaque é o jornal se referir ao candidato transsexual com pronomes masculinos, o que também está relacionado, ainda que implicitamente, à superação de um conflito ocasionado por práticas homofóbicas presentes na linguagem.

Verifica-se também a seleção de uma frase proferida por Thammy Miranda: "Em um governo tão conservador venho eu assumir como vereador. Acho que Deus quer dizer algo com isso". Na sequência, o jornal traz para o contexto a resposta do presidente: "Apesar de não nos alinharmos em algumas questões da causa LGBTQ, é uma pessoa aberta ao diálogo e isso que é importante. Na política temos que conviver com diferentes".

⁵ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ator-thammy-miranda-deve-assumir-cargo-de-vereador-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 15 jun.2019.

A segunda matéria, “Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas⁶”, apresenta o resultado de uma pesquisa do instituto *Datafolha*. Ao mostrar a aprovação majoritária para a abordagem de assuntos políticos e educação sexual nas escolas, o jornal mostra o contraponto com relação a estas temáticas: “A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido alvo de ataques nos últimos anos por parte de grupos conservadores e religiosos”. Comprendemos que esta matéria visa apresentar o conflito e seus entremeios, além de buscar formas de superação do mesmo. O conflito é evidenciado no seguinte parágrafo:

Partidários do Escola sem Partido acusam professores de uma suposta doutrinação de esquerda, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) catapultou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de ideologia de gênero, expressão nunca usada por educadores”. Vemos claramente a oposição entre dois grupos: os favoráveis à educação sexual e discussões políticas nas escolas e os defensores da chamada “Escola sem Partido”.

A superação da homofobia, de acordo com a matéria, estaria vinculada à inserção de temas como sexualidade nas grades curriculares das escolas: “Essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada por especialistas como forma de colaborar com o combate a problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia”. Com isso, o jornal dá pistas para a solução de conflitos/violência contra a mulher e LGBTs.

A matéria “Cresce a parcela de brasileiros que diz já ter sofrido algum preconceito⁷” também traz o resultado de uma pesquisa do instituto *Datafolha* e mostra que um a cada três brasileiros já foi vítima de discriminação em razão de classe social. Ademais, também aumentou o número de pessoas que já sofreram preconceito racial, religioso ou de gênero.

A publicação apresenta dados quanto à discriminação por conta de orientação sexual. O foco do texto é a apresentação de dados numéricos, sem apontar as razões que

⁶ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml>>. Acesso em 15 jun.2019.

⁷ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/cresce-a-parcela-de-brasileiros-que-diz-ja-ter-sofrido-algum-preconceito.shtml>>. Acesso em 15 jun.2019.

desencadeiam este tipo de preconceito. Por outro lado, encontramos elementos do Jornalismo para a Paz quando a matéria aponta a inexistência de legislação que tipifique a homofobia como crime⁸, o que seria um caminho para amenizar a prática desta violência.

Também coloca pontos críticos ao evidenciar o discurso de posse presidencial do novo governo, que defendia “um país sem discriminação”, mas, no entanto, “o novo governo excluiu a menção à população LGBT no escopo das atribuições do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos”. Estas informações podem gerar ou influenciar certa opinião crítica do público leitor, haja vista que apresenta os dados da pesquisa e os contrapõem aos discursos do governo com relação aos direitos do grupo social em questão.

A matéria “Em biografia, autor mostra fascínio de fundador do Mackenzie pelo Brasil⁹” versa sobre os 150 anos da Universidade Mackenzie com foco na obra “John Theron Mackenzie: Vida e Legado”, de autoria de Nelson Câmara, que traz curiosidades sobre a história da instituição presbiteriana. O termo “homofobia” aparece em um trecho da narrativa para ressaltar um entrave ideológico ocorrido no ano de 2010, quando alunos do Mackenzie protestaram contra o reverendo Augustus Nicodemus Lopes, chanceler da universidade na época, por assinar carta em nome da Igreja Presbiteriana se opondo ao projeto de lei de criminalização da homofobia. A matéria atualiza o fato ao apresentar os argumentos do atual reitor da instituição, que afirma zelar pelo respeito de quem pensa diferente, mas sem perder de vista “uma identidade que busca explicitar posicionamentos calcados em princípios e valores no âmbito de uma cosmovisão cristã”.

Observamos que esta publicação não está focada nos elementos do Jornalismo para Paz, pois não apresenta outros vieses para contrapor as ideologias e pensamentos basilares do Mackenzie. Faltam contextualizações acerca das construções ideológicas que regem a instituição de ensino. Ao final do texto, a matéria apresenta a visão da universidade acerca do projeto Escola sem Partido que, de acordo com o texto, visa

⁸ No dia 13 de junho de 2019, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou, por 8 votos a 3, que as condutas homofóbicas passem a ser punidas pela Lei de Racismo (7716/89), colocando-as no mesmo rol dos crimes de discriminação por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

⁹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/em-biografia-autor-mostra-fascinio-de-fundador-do-mackenzie-pelo-brasil.shtml>>. Acesso em 15 jun.2019.

“expurgar o que conservadores veem como doutrinação ideológica de esquerda em espaços de ensino”. E finaliza com os dizeres do reitor do Mackenzie: “partidos políticos e suas ideologias não podem ter ingerência em processos educacionais”. Neste sentido, cabe ao leitor formular suas percepções sobre as ideologias que regem a referida instituição de ensino superior e como as mesmas podem afetar os processos de ensino.

Considerações finais

A homofobia é um traço marcante da violência cultural, pois está em evidência, ainda que implicitamente, nos discursos aparentemente inocentes, nas diversas esferas de nossa sociedade. O presente trabalho buscou apresentar um breve recorte de como o conceito é apresentado pelo jornal diário *Folha de São Paulo*. Pelo fato de o jornalismo cumprir a função de agente social, a maneira como a qual retrata determinados grupos contribui de forma direta para a formulação de percepções acerca dos mesmos.

Por meio da análise de conteúdo, elencamos categorias pertencentes ao Jornalismo para a Paz, contrapondo-as às categorias do Jornalismo de Violência, para verificar quais abordagens prevaleceram nas publicações da *Folha de São Paulo* quando este veículo traz o conceito de homofobia. Com base no que foi exposto, consideramos que prevalecem nas publicações características do Jornalismo para a Paz, com problematizações acerca da homofobia, ainda que presentes de forma opaca, mas que podem estimular reflexões voltadas à superação desse conflito.

Contudo, cabe problematizar que ainda que o veículo trabalhe numa perspectiva de modo a proporcionar certa emancipação reflexiva do leitor, isso não é determinante. Ou seja, ainda é preciso avançar no sentido de criar condições favoráveis para que as vítimas dessas violências sejam ouvidas e tenham a oportunidade de se expressar. O Jornalismo para a Paz não é empregado como critério de noticiabilidade no jornal estudado, porém, encontramos nas publicações algumas orientações deste tipo de abordagem, tal como apresentadas por Lynch e MacGoldrick (2000).

Os estudos acerca do Jornalismo para a Paz como forma de superação de situações conflitivas ainda são incipientes no Brasil, mas podem sugerir novos olhares e perspectivas quanto à prática jornalística desempenhada no país. Esta abordagem não se está restrita às coberturas em contextos de guerras, mas também serve de aporte teórico

e metodológico para pesquisas voltadas às representações jornalísticas relacionadas às situações resultantes de violência cultural e estrutural que ainda persistem em nossa sociedade. Do ponto de vista prático, o Jornalismo para a Paz pode ressignificar os critérios de noticiabilidade em coberturas acerca de situações de conflito social.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-compós**, Brasília-DF, v. 20, n. 3, 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de.; LEAL, Bruno Souza. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? In: **E-compós**, Brasília-DF, v. 12, p. 1-16, 2009

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoraturuz, 2003.

LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. In: **Revista Paz y Conflictos**, Granada, n.4, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-Posições (UFRGS)**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?** 2000. Disponível em <goo.gl/YSMTuj>. Acesso em 10 de jun. 2019.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1998.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis-SP: Insular, 2005.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

SALINAS, Alex Iván Arévalo. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. In: **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

SODRE, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, p. 21-42, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1994.